Valor ECONÔMICO
Publicado em 28/11/2023 - 05:58

**Americanas fecha acordo com bancos credores**

**Recuperação judicial** Documento final envolveu bancos detentores de 35% da dívida da varejista

# Americanas e principais credores assinam acordo após longa negociação

**Fernanda Guimarães e Talita Moreira**
De São Paulo

A Americanas e seus principais bancos credores chegaram, após mais de seis meses de negociação intensa, a um acordo que busca solução financeira para a varejista, conforme antecipou o **Valor.** O consenso encerra um longo litígio envolvendo a companhia, que protagonizou a maior fraude da história corporativa brasileira.

Na prática, a Americanas tem agora o caminho livre para aprovar seu plano de recuperação judicial ainda neste ano, formalidade que permitirá a entrada de novos recursos no caixa, algo fundamental para a viabilidade da empresa.

O plano de recuperação contempla aporte de R$ 12 bilhões dos acionistas de referência (Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira) e a conversão, em ações, de outros R$ 12 bilhões em dívidas bancárias. Com o dinheiro, a Americanas prevê que seu patrimônio líquido voltará a ser positivo em 2025, ante passivo a descoberto de R$ 26,7 bilhões em 2022.

Os acionistas se comprometeram com o aporte exigido pelos credores. Estes, por sua vez, concordaram com uma cláusula de não litigância — ou seja, de retirar as ações que movem e não abrir novas contra empresa, conselheiros e acionistas de referência.

O acordo praticamente elimina o risco de os bancos moverem ações para acessar o patrimônio de Lemann, Telles e Sicupira em reparação das perdas que tiveram com a fraude, como ameaçaram fazer. Os credores só poderão ir à Justiça caso haja ação criminal transitada em julgado contra algum deles.

Representantes dos bancos e da companhia mantiveram reuniões em ritmo intenso nos últimos dias e as conversas evoluíram desde a publicação dos demonstrativos financeiros auditados neste mês, sendo essa uma exigência inegociável das instituições financeiras. Com isso, a estimativa inicial era que um acordo fosse assinado na sexta-feira, mas as negociações se estenderam por todo o fim de semana. O aperto de mãos se deu apenas na madrugada de segunda-feira, disse uma fonte ao **Valor**.

O acordo é chamado de PSA (do inglês, "Plan Support Agreement"), um comprometimento de suporte ao plano de recuperação judicial que será votado na Assembleia Geral de Credores (AGC), já marcada para 19 de dezembro. O documento foi assinado por Bradesco, BTG Pactual, Itaú Unibanco e Santander, que representam 35% da dívida — a Americanas declarou dívidas de R$ 42,5 bilhões na recuperação judicial.

Agora, a expectativa da companhia é que outros credores apoiem o plano para se conseguir sua aprovação na primeira convocação da AGC. Ontem a Americanas informou acreditar que terá adesão de mais de 50% dos credores, percentual necessário, para aprovar o plano já nessa data. Caso contrário, a segunda convocação está prevista para 22 de janeiro.

O plano aprovado contempla que o aporte de capital seja feito por Lemann, Telles e Sicupira imediatamente após a homologação do plano de recuperação judicial. O valor de R$ 12 bilhões já inclui os R$ 2 bilhões concedidos em empréstimo na modalidade "Debtor-in-possession" (DIP). Os bancos converterão R$ 12 bilhões, de um total de cerca de R$ 20 bilhões de dívidas, em ações da Americanas.

Outra parte da dívida será substituída por novas debêntures, o que ajudará a alongar o passivo. A companhia esclareceu que serão utilizados R$ 8,7 bilhões para o pagamento de credores financeiros — os debenturistas — por meio de um leilão reverso (paga-se primeiro quem aceita os maiores descontos, sendo o mínimo um corte de 70%), ao qual serão destinados R$ 2 bilhões, ou por meio de pagamento antecipado de créditos com desconto. Outros R$ 6,7 bilhões serão destinados a esse pagamento antecipado com desconto.

No mesmo acordo, a Americanas conseguiu costurar uma linha de fianças bancárias, no valor de R$ 1,5 bilhão, que estará disponível por dois anos após a homologação do plano ou enquanto a companhia estiver em supervisão judicial. Para garantir a atratividade aos credores, a Americanas oferecerá aos credores que oferecerem essa linha acesso prioritário de R$ 1,5 bilhão (o mesmo valor da linha) vindo dos R$ 6,7 bilhões previstos na recuperação.

Ao final da reestruturação a varejista prevê que terá dívida bruta de R$ 1,875 bilhão. Os bancos, ao converterem dívidas em ações, se tornarão acionistas relevantes.

"Este acordo é um marco importante de nosso processo de Recuperação Judicial e um significativo progresso da Americanas no caminho para a nossa meta de emergir como uma empresa mais forte, mais competitiva, preservando a importante atividade econômica que representa e os milhares de empregos diretos e indiretos gerados em todo o país", comentou, em nota, Leonardo Coelho, CEO da Americanas.

O banco Safra, que na semana passada entrou com nova ação contra a empresa, não assinou o acordo. Na sua última ofensiva na Justiça, o banco solicitou que a AGC não fosse agendada antes da companhia apresentar documentos como os demonstrativos financeiros dos últimos três anos (a Americanas apresentou balanços auditados de 2021 e 2022) e ainda a lista de credores atualizada. O banco deverá buscando condições melhores para o pagamento dos débitos, disse uma fonte.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

**Seção:** Empresas **Caderno:** B **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.